



# Medievalis

v. 10, n. 1 (2021)

## "Das palavras se alimenta o historiador: reflexões sobre os usos da semântica histórica no estudo da Idade Média"

| 1

Gabriel Castanho <sup>1</sup>

**Resumo:** Do que é feita a história? Em busca de respostas para essa questão, o presente artigo reflete sobre a relação entre historiadores e sua matéria prima de trabalho, a documentação. Em seguida, pondera-se a respeito das diferentes formas de comunicação assumidas pelos documentos históricos, em especial, o texto escrito. A partir desse ponto, o artigo passa a tratar do trabalho metodológico realizado por historiadores em seu ofício, com destaque para o estudo semântico voltado ao passado. Apresenta-se, então, uma proposta metodológica voltada à análise de *corpora* documentais compostos por milhares ou mesmo milhões de palavras. Conclui-se, ao final, que o estudo semântico permite conhecer melhor não somente os usos históricos da linguagem, mas também a própria sociedade que dela se utilizava.

**Abstract:** Of what is history made? In search of answers to this question, this article reflects on the relationship between historians and their documents. The relation between communication and historical documents, especially the written text, is also considered. The article deals with the methodological work carried out by historians in their profession, emphasizing on the semantic study. At the end of the article a methodological approach is presented focusing on analyzing large document *corpora* composed of thousands or even millions of words. As conclusion, the article proposes that the semantic study allows us to better understand not only the historical uses of language, but also the society that used it.

**Palavras-chave:** História; Semântica Histórica; Humanidades Digitais

**Keywords:** Politics; Aristotle; Saint Augustine

<sup>1</sup> Professor Adjunto de História Medieval do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<http://lattes.cnpq.br/6487891111933755>

<https://orcid.org/0000-0002-5044-3518>

E-mail: [gabrielcgc@terra.com.br](mailto:gabrielcgc@terra.com.br)





## 1. DO QUE É FEITA A HISTÓRIA?

Do que é feita a História? A pergunta que abre nossa pequena enquete está longe de ser uma formulação vazia, forjada para cativar a atenção dos leitores. Ela surge de dúvidas, hesitações e incômodos em um mundo onde a própria legitimidade do fazer historiográfico é colocada em questão. É prima de outra famosa questão que atravessou o século XX moldando o saber de nosso ofício contemporâneo: para que serve a História? Essa última inquirição nos remete a certo utilitarismo do conhecimento histórico em meio a movimentos que colocam em dúvida a ideia de um suposto e irresistível progresso da humanidade (não por acaso tal questionamento ficou famoso nas mãos de M. Bloch em sua luta contra a ocupação nazista na França<sup>2</sup>). A primeira pergunta, por sua vez, surge de uma dúvida de caráter ontológico em um momento marcado por revisionismos e pela reivindicação de um fazer historiográfico público que acabou, certas vezes, por colocar em causa a própria existência do ofício de historiador (evidentemente a variedade desse campo é ampla, indo de movimentos contra a História Oficial que visam tornar conhecidas as histórias dos vencidos, até os negacionismos do Holocausto e das violências cometidas pelas ditaduras militares, passando pelas chamadas “Histórias politicamente incorretas” que hoje obtêm grande sucesso editorial). Iniciar nosso percurso nesse texto por uma hesitação ontológica é, portanto, fruto de um desconforto real entre os praticantes desse ofício e que, por isso, merece a busca por respostas que auxiliem no delineamento da identidade de nosso ofício em meio à diversidade de discursos históricos que hoje circulam em nossa sociedade.

Uma resposta vem à mente imediatamente ao nos colocarmos tal questão: a História é constituída por pessoas. Pessoas que a escrevem e pessoas que a vivenciam. Contudo, duas proposições contrárias surgem, elas também, de modo imediato. A primeira nos leva a reconhecer que a História biográfica é apenas um dos objetos de historiadores e que mesmo esse objeto, em sua forma atual, se preocupa mais com as redes relacionais socioculturais nas quais o sujeito existe do que em conhecer esse último

---

<sup>2</sup> BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Entre os estudos medievais ver MORSEL, J. "Do passado façamos tábua rasa? Retrato do historiador paralisado pelo tempo passado (e do medievalista pela Idade Média)". In: FERREIRA, A. M. *et alii* (orgs.) **Problematizando a Idade Média**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2014, p. 177-197 e MORSEL, J. *L'Histoire (du Moyen Âge) est un sport de combat... Réflexions sur les finalités de l'Histoire du Moyen Âge destinées à une société dans laquelle même les étudiants d'Histoire s'interrogent*. Paris: LAMOP, 2007. Disponível em [https://lamop.univ-paris1.fr/fileadmin/lamop/publications/Histoire\\_medievale\\_combat\\_Morsel\\_2007.pdf](https://lamop.univ-paris1.fr/fileadmin/lamop/publications/Histoire_medievale_combat_Morsel_2007.pdf). Acessado em 8 de dezembro de 2020.





em sua dimensão mônadal. Em seguida e, de modo ainda mais antagônico, é a própria noção de pessoa que se mostra histórica em si: foi-se a época em que apenas homens cisgênero brancos e pertencentes às elites eram vistos como o objeto privilegiado (ou simplesmente o objeto) de historiadores.

Tais críticas ao personalismo individualizante de certa História remetem diretamente a outro horizonte definidor do fazer historiográfico: a política e as relações de poder. De fato, mesmo o ogro historiador acostumado ao cheiro de carne humana detectável por meio de suas maneiras de pensar e de sentir registradas nas mentalidades defendeu que a política continuava, em plena expansão da antropologia histórica, a espinha cervical da história<sup>3</sup>. O estudo dos agentes históricos em suas dimensões políticas não apenas marcou nosso ofício, como abriu a porta ao dinamismo de nosso campo, uma vez que, conhecendo os contextos sociais gerados pelas diferentes formas de disputas de poder existentes ao longo do tempo, o historiador poderia organizar o passado em momentos, etapas, processos, etc.. Nada de novo nesse campo, uma vez que tal dinamismo já foi ampla e diversamente estudado pelas Ciências Humanas, como no caso de Marx que o associou à historicidade das forças produtivas. No mesmo sentido, mas por um caminho distinto, a historiografia atual tem privilegiado o corpo humano como local desse dinamismo. Seus usos, domínios, sentimentos e sensibilidades passaram a ser estudados enquanto vetores e atores das relações de força<sup>4</sup>. Tal como as forças políticas e produtivas, as sensibilidades experimentadas pelos corpos teriam sua História e escrever tal narrativa seria tarefa dos profissionais de nosso ofício. Estaríamos aqui em uma seara muito próxima a outras disciplinas irmãs no campo das Ciências Humanas: a Antropologia para as relações de poder, a Sociologia para as relações políticas e as emoções para a Psicologia. O que, então, diferiria a História de outros estudos sociais? Nesse ponto, é o próprio tempo que deve ser levado em consideração, pois, como já indicado por R. Bodei (entre outros), as mudanças nas experiências humanas ao longo do tempo estão ligadas ao objetivo da História (entendida aqui como campo de conhecimento)<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> REVEL, J. et SCHMITT, J.-Cl. (orgs.). **L'Ogre historien: autour de Jacques Le Goff**. Paris: Gallimard, 1999. LE GOFF, J.. "A história política continua a ser a espinha dorsal da História?". In: ID.. **O imaginário medieval**. Lisboa: Estampa, 1994, p. 351-367. BLOCH, M. "Maneiras de sentir e de pensar". In: ID.. **A sociedade feudal**. Lisboa: edições 70, 1982, p.90-105.

<sup>4</sup> FOUCAULT, M.. **Historia da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1985, 3 vols. FOUCAULT, M., **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2014.

<sup>5</sup> BODEI, R. **A filosofia do século XX**. Bauru: EDUSC, 2000. BODEI, R. **A história tem um sentido?**. Bauru: EDUSC, 2001. Evidentemente, tal posição não é nova: "Acrescentarei apenas que não há história imóvel e que a história também não é pura mudança, mas sim o estudo de





Chegamos, assim, a um primeiro momento de inflexão de nossa argumentação, pois se traçar as mudanças nas sociedades humanas ao longo do tempo pode ser visto como o objetivo primordial de historiadores, ainda não tratamos do modo *como* escrever tal História. O leitor deve ter percebido que a questão ontológica colocada inicialmente nos conduziu à formulação de outra questão, dessa vez heurística: perguntar-nos do que é feita a História nos levou a refletir sobre a epistemologia da História; dito de outra maneira, refletir sobre o ser da História nos fez perceber que esse ser é, em grande medida, o método. É, portanto, no método que reside a resposta a nossas inquietações iniciais e é a seu respeito que iremos tratar nas páginas seguintes.

O primeiro passo deve partirmos do reconhecimento da impossibilidade de se alcançar o passado em si e por si. Enquanto ação humana no tempo, o objeto da história está morto. Evidentemente, isso não significa dizer que o passado deixe de atuar no presente como demonstram os trabalhos sobre a memória e suas conexões entre passado, presente e futuro<sup>6</sup>. É exatamente sua sobrevida que permite o trabalho historiográfico. Nesse sentido, são as representações do passado, a matéria prima da História. Tal constatação é de suma importância, tendo em vista nosso percurso argumentativo, e coloca a seguinte questão: como os historiadores podem conhecer as mudanças sociais no tempo por meio de suas representações produzidas durante as próprias mudanças em si? Eis claramente a questão heurística definidora da História: como conhecer as experiências e práticas humanas passadas por meio do modo como seus atores e sujeitos as representaram? Contudo, não devemos conceber de maneira dicotômica os dois elementos aqui enunciados: práticas e representações de modo algum constituem esferas fechadas em si. De fato, como já demonstrado por M. Godelier, ideia e matéria atuam um sobre o outro participando da produção e reprodução social<sup>7</sup>. No que nos interessa aqui, tal proposição de cunho dialético nos permite perceber a forte relação existente entre as práticas e as representações na produção dos mais diferentes tipos de testemunhos históricos.

Para sobreviverem a seu próprio tempo, os testemunhos do passado, ou como chamamos acima, as representações, necessitam de suportes. Esses podem ser materiais como corpos, pigmentos, papeis, pedras, barro, discos de vinil, fitas cassete, microchips

---

mudanças significativas”. LE GOFF, J. “História”. In. **Enciclopédia Einaudi: Memória – História**. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984, p.178.

<sup>6</sup> A produção acadêmica sobre memória e os estudos históricos é bastante vasta e diversa. Para entrar no assunto, ver os já clássicos: HALBWACHS, M.. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990; NORA, P. (org). **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984-6, 3 vols.

<sup>7</sup> GODELIER, M.. **L'idéal et le matériel. Pensé, économies, sociétés**. Paris: Fayard, 1984.





etc. ou imateriais como a memória humana, a oralidade, os costumes etc.. Nesse breve ensaio centramos nossa atenção em apenas uma forma de suporte que, embora longe de ser o único, foi por muito tempo (e, infelizmente, em grande parte ainda o é) o principal meio pelo qual os historiadores tomam conhecimento das representações produzidas pelos agentes históricos no passado, a saber, a escrita. Não é nosso intuito aqui fazer uma história da escrita (o que de resto já foi objeto de importantes trabalhos de pesquisa realizados não só por historiadores, como também por antropólogos<sup>8</sup>), mas sim indicar como essa prática formou a disciplina histórica e tornou-se sua matéria prima principal.

## 2. OS FUNDAMENTOS ESCRITOS DA HISTÓRIA

Tradicionalmente, nossa disciplina se constituiu a partir de textos escritos (a própria existência da escrita distinguia os períodos pré-histórico – quando a escrita não existia – e histórico – quando a escrita era praticada). Se, por um lado, como mencionado acima, essa modalidade de suporte (na qual se inscrevem as representações produzidas pelos agentes históricos) não deve ser a única a ser levada em conta por historiadores em seu ofício, o uso da escrita pela História merece algumas explicações, a fim de compreendermos como essa disciplina se formou ao longo do tempo; dito de outro modo, como o trabalho com os testemunhos escritos moldou não apenas os métodos, mas também o próprio vocabulário historiográfico.

Primeiramente devemos reiterar que tais escritos, embora não sejam em si o passado, eles o evocam já que são produtos de uma sociedade passada e das relações de força que a constituem. Os escritos (re)apresentam a imagem que uma pessoa ou grupo social gostaria de projetar no seu presente e no futuro. Apresentam também a imagem do(s) outro(s) construída por meio das relações dinâmicas de força nas quais participam ativamente grupos e atores históricos. É nessa relação entre representação e práticas que se encontra um aspecto capital e fundador da noção historiográfica de “documento”: a eficácia do texto em seu próprio tempo de produção. Esse é o significado original da noção de documento histórico remontando aos críticos documentais medievais e modernos que pautavam seus trabalhos exegéticos, diplomáticos e filológicos na distinção entres os textos verdadeiros e falsos. O exemplo consagrado desse tipo de concepção documental é a crítica histórico-documental levada a cabo por humanistas

---

<sup>8</sup> CHARTIER, R.. **Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura (Séculos XI-XVIII)**. São Paulo: UNESP, 2007. GOODY, J. **A lógica da escrita e a organização da sociedade**. Petrópolis: Vozes, 2019.





como Lorenzo Valla<sup>9</sup>. Em 1440 Valla escreveu seu *Discurso sobre a falsa e enganadora doação de Constantino* em um contexto de interferência papal junto ao trono de Nápoles. Produzido em um contexto preciso de disputa por soberanias, o tratado foi impresso em 1506 quando passou a ganhar atenção significativa. O engenho medieval de Valla figurará como um modelo de investigação crítica para os eruditos europeus de séculos vindouros, em especial durante os séculos XVII e XVIII, momento de desenvolvimento de amplos compêndios documentais eclesiásticos e também no século XIX quando do estabelecimento da História enquanto ciência. O tratado investigava o decreto de Constantino, imperador romano do primeiro quarto do século IV que, em retribuição a sua cura miraculosa, teria doado um terço das terras do Império para a Igreja. Embora atualmente seja consenso que se trate de documento forjado na chancelaria papal durante o século VIII, durante séculos muitos acreditaram na veracidade de tal documento. Ainda sim, essa não era a única opinião. O dominicano João de Paris (c.1260-1306) já havia defendido que se tratava de um documento falso, argumentando que as terras eram do império e não do imperador, que, por sua vez, não poderia assim doar o que não lhe pertencia em caráter pessoal. Esse tipo de argumento digno de uma teoria política *avant la lettre* não foi o único. Contextualização histórica e exegese textual (incluindo aí reflexões de tipo paleográfico e diplomático) também foram empregadas ao longo dos séculos até que se tenha chegado ao verdadeiro momento de produção desse texto, permitindo-se, assim, estabelecer a eficácia original do documento (a afirmação da autoridade do bispo de Roma em um momento em que seu poder ainda não o projetava como líder incontestado da Igreja ocidental).

Tal concepção daquilo que deveria constituir um documento histórico verídico estaria então ligada à oficialidade de sua produção. Para que um documento seja eficaz em sua época ele deve ter sido produzido por uma autoridade socialmente reconhecida. A noção de documento se associou, assim, a um poder, a um domínio, a uma jurisdição aos quais, por sua vez, uma coletividade se submete e a aceita. Daí a primazia original do texto escrito como documento sobre as demais formas de suportes de representações, como imagem e som, quando da organização da História enquanto disciplina. O termo documento valorizava assim a ideia de prova, de autenticidade e de direito; ele também supõe uma instituição que o torne oficial e garanta a veracidade das informações que carrega. A noção histórica de documento se vincula à ideia de História Oficial que desde o século XIX se baseava numa suposta objetividade de um documento autêntico, como

---

<sup>9</sup> Sobre o tema ver GUINZBURG, C.. “Lorenzo Valla e a doação de Constantino”. In: ID.. **Relações de força: História, Retórica, Prova**. São Paulo: Cia das Letras, 2002 p. 64-79.





se esse pudesse permitir ao leitor um acesso direto e não mediado ao passado. Contudo, como sabemos, o século XX tentou se distanciar das noções documentalistas da escrita, ampliando seu significado e criticando a ideia de objetividade em História<sup>10</sup>.

A revisão da noção de documento a partir do século XX estabeleceria outro paradigma para sua definição: um documento pode enganar o leitor sem que por isso ele seja falso. Essa premissa permitiu a ampliação da documentação histórica para além da escrita, podendo agora abarcar todos os suportes criados pelos seres humanos (e mesmo pela natureza) que documentam o passado. Permitiu também reconhecer que historiadores interferem na escolha da matéria prima da História que contam, pois transformam os documentos do passado (cuja eficácia estava ligada à sociedade que o produziu) em memórias que independem da própria eficácia responsável pela produção documental. Não por acaso as questões colocadas pelos historiadores passaram a ser tão importantes quanto os documentos em si, já que a História não se resumiria à descrição de eventos, mas dependeria fortemente da análise documental buscando o *significado* das coisas passadas.

Assim, o termo documento muitas vezes levou historiadores a esquecer que sua matéria prima longe de ser algo natural (uma fonte de onde jorraria limpidamente o passado) é um produto social. Esse princípio crítico pode parecer evidente atualmente, mas muitos historiadores ainda não tiraram dele sua principal consequência: *a matéria prima do historiador não é um ponto de partida, mas sim de chegada*<sup>11</sup>. A verdade cede, assim, seu lugar basilar na definição de documento ao de tradução, pois, como indicou A. Guerraux, “Um texto redigido por uma pessoa “sensata” é necessariamente a tradução, *hic et nunc*, de um sistema de representação dotado de uma coerência mínima”<sup>12</sup>. Assim, mais do que falsos ou verdadeiros em si, interessa aos historiadores conhecer para quem e por quais razões tais documentos são considerados falsos ou verdadeiros. Questões essas que só podem ser respondidas se a própria eficácia do documento em sua época for questionada em função de sua produção, circulação, consumo e dos significados neles (e por eles) engendrados.

<sup>10</sup> Sobre o impacto do tempo presente na produção historiográfica ver o clássico já citado anteriormente LE GOFF, J. “História”. In: **Enciclopédia Einaudi: Memória – História**. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984.

<sup>11</sup> MORSEL, J. “De l’usage des sources en Histoire médiévale”. In: **De l’usage de... en Histoire médiévale. Collections Méneestrel**, 2012. Disponível em: <http://www.menestrel.fr/?-sources-1026-&lang=fr>. Acessado em 8 de dezembro de 2020.

<sup>12</sup> GUERREAU, A., “Le champ sémantique de l’espace dans la *Vita* de saint Maieul (Cluny, début du XI<sup>e</sup> siècle)”. In: **Journal des savants**, 2, 1, 1997, p. 365.





Podemos agora retomar nossas questões iniciais tendo em vista os argumentos desenvolvidos até aqui. Nossa questão ontológica inicial (do que é feita a História?) nos conduziu a uma questão heurística acerca dos métodos da História. Por sua vez, o método nos levou ao trato da matéria prima do historiador, ou seja, o documento e seus significados ao longo da História de nossa disciplina. Por fim, ao tratarmos criticamente a noção de documento o que encontramos foi menos a ideia de verdade do que a noção de eficácia, o que implica pensar sobre as forças sociais responsáveis pela inscrição de representações nos suportes documentais. Vemos, então, que nossos argumentos giraram em torno de uma série de relações estruturantes do pensamento ocidental: material e ideal; práticas e representações; verdade e falsidade; produção e consumo etc.. Em suma, podemos dizer que tais relações produzem e são produzidas pelas sociedades e suas culturas que *comunicam* ao seu respectivo presente e ao futuro a imagem de si que gostariam de registrar. A partir dessa premissa podemos defender que o *material analisado pelos historiadores (seu objeto) é, primeiramente, a comunicação*. Dito de outra maneira, e respondendo diretamente nossa questão inicial: *a História é feita de comunicação*.

### 3. COMUNICAÇÃO COMO OBJETO DO HISTORIADOR

A questão que devemos enfrentar a seguir diz respeito ao modo pelo qual os historiadores tratam a comunicação. Nesse ponto passamos, de fato, de nossas reflexões heurísticas a proposições metodológicas concretas. Diversos são os modos de analisar a comunicação humana praticada de forma escrita, sonora ou imagética. Nesse ensaio, centramo-nos na primeira dessas formas e mesmo ali a pluralidade de modalidades analíticas é vasta: linguística, gramatical, sintática, semântica, etimológica, semiótica, discursiva, retórica, oratória, poética etc.. De maneiras diferentes, todas elas remetem a significados comunicados por meio da produção, da recepção e da circulação de textos, estando essas três instâncias diretamente ligadas aos usos sociais da escrita e à produção social de significados dos/nos/pelos textos. Dito de outra forma, ao se comunicarem por escrito, os agentes históricos produziam, circulavam e consumiam significados. Nesse sentido, o estudo semântico surge como método privilegiado para se conhecer os significados comunicados em uma sociedade; significados esses que partem de uma





unidade linguística de base, as palavras, que, por sua vez, ocupam lugar importante na formação de uma dada comunidade textual<sup>13</sup>.

São diversas as formas de refletir sobre o significado das palavras. Duas dessas formas foram bastante exploradas durante a Idade Média, a etimologia e o glossário. A primeira foi amplamente difundida pelas *Etymologiae* de Isidoro de Sevilha (560-636), enquanto a segunda se tornou mais comum a partir do ano 1000 com obras como o *Elementarium* de Papias (meados do século XI) ou as *Derivationes* de Huguccio de Pisa (c.1140-1210)<sup>14</sup>. Ambas as abordagens tinham em comum certa preocupação em associar a morfologia das palavras a seus significados, prática diferente das desenvolvidas pelo pensamento científico contemporâneo. Nesse sentido, e em especial no campo da História, optou-se pelo estudo conceitual das palavras, levando até mesmo à constituição de um campo específico, a História dos Conceitos. A pluralidade desse campo do conhecimento histórico não impede, contudo, a identificação de um eixo comum: a Ciência Política e seus conceitos chave. Assim, os significados dos conceitos seriam criados mediante análise geral de fatos específicos, o que implica em certa restrição semântica ao transformar palavras de uso geral entre agentes históricos em conceitos trans-temporais operados por aqueles que analisam tais agentes séculos depois.

Em 1972, R. Koselleck delineava sua proposta de uma História dos Conceitos defendendo sua pertinência imperativa para os estudos das sociedades passadas. Nesse sentido o estudo dos conceitos a ser realizado deveria se centrar na “terminologia política e social considerada relevante para o campo da experiência da história social”<sup>15</sup>. Tal relevância estaria ligada a um jogo de escalas temporais variando entre sincronia e diacronia de modo a permitir a compreensão das alterações dos conceitos políticos ao longo do tempo<sup>16</sup>. Não por acaso, a Revolução Francesa é vista pelos profissionais desse campo historiográfico como um momento privilegiado de trabalho, uma vez que a partir daquele momento, os conceitos políticos teriam passado a visar o futuro por meio da

<sup>13</sup> STOCK, B., *The Implications of Literacy: Written Language and Models of Interpretation in the Eleventh and Twelfth Centuries*, Princeton: Princeton University Press, 1983.

<sup>14</sup> ISIDORO DE SEVILHA. *Etimologias*. Edição, tradução e notas por Jose Oroz Reta e Manuel A. Marcos Casquero Madri: Editorial Católica, 1982 (BAC, 433). PAPIAS, *Elementarium doctrinae rudimentum*, Venise, 1496 (Boninus Mombritius éd.). Disponível em: <http://daten.digital-sammlungen.de/~db/0005/bsb00057500/images/>. Acessado em 8 de dezembro de 2020. HUGUCCIO DE PISE, *Derivationes*, In: CECCHINI, E. et alii. (eds.), *Derivationes*. Tavarnuzze: SISMELE, 2004, 2 vols. (*Edizione nazionale dei testi mediolatini 11. Serie I*, 6).

<sup>15</sup> KOSELLECK, R. “História dos conceitos e História social”. In: ID. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.PUC-Rio, 2006, p. 98.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 114.





manutenção ou da mudança da ordem social no presente<sup>17</sup>. A despeito dos avanços propiciados por essa História dos Conceitos, penso que, ao privilegiar o estudo de um vocabulário político ancorado em um tempo histórico preciso (a contemporaneidade), ela acaba por projetar conceitos ocidentais relativamente recentes em tempos e lugares que pouco ou nada tem significados para eles; por essa razão o risco dessa abordagem é o de transformar o trabalho historiográfico em uma genealogia do vocabulário das ciências políticas ocidentais contemporâneas.

É preciso então, explodir com a definição proposta por Koselleck para diferenciar “palavra” e “conceito” (já que essa distinção não diz respeito aos usos dos termos pelos agentes históricos, mas sim aos quadros políticos da História contemporânea ocidental):

"O sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. Um conceito, ao contrário, para poder ser um conceito, deve manter-se polissêmico. Embora o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela"<sup>18</sup>.

A crítica aqui apresentada a tal distinção transforma toda e qualquer palavra em um conceito potencial a ser empregado polissemicamente pelos agentes históricos, afinal, todo vocábulo traz em si uma polissemia constantemente atualizada por meio de usos empíricos, e por isso mesmo, históricos. Conceber toda palavra como potencial foco do estudo semântico ao longo da História, e não apenas um conjunto arbitrário de termos selecionados pelos pesquisadores contemporâneos, nos conduz a outro campo de estudos, o da Semântica Histórica.

Há algumas décadas, A. Guerreau se lançou nesse caminho. Em 2001 propôs um pequeno programa de estudos de Semântica Histórica<sup>19</sup>. Entre seus princípios, está a ideia de que as palavras, e não apenas os conceitos, podem e devem ser estudados por historiadores preocupados com o funcionamento das sociedades passadas. De fato, o estudo semântico leva os pesquisadores a conhecer as funções e os significados das palavras em seus contextos exatos de usos, o que é bastante diferente de uma simples glosa de tipo enciclopédico e dicionarizado. A força potencial de tal abordagem é, para Guerreau, quase revolucionária uma vez que “devemos constatar que, até hoje, nenhum

<sup>17</sup> Ibid., p. 102.

<sup>18</sup> Ibid., p. 109.

<sup>19</sup> GUERREAU, A., *L'avenir d'un passe incertain. Quelle histoire du Moyen Âge au XXI<sup>e</sup> siècle*, Paris: Seuil, 2001.





medievalista reconheceu claramente que os *princípios gerais de uma ação coerente na sociedade medieval* diferem radicalmente dos nossos<sup>20</sup>. Tal desconhecimento social está atrelado a um desconhecimento semântico ligado ao uso do latim na Idade Média, uma vez que se trata de um vocabulário que guardou sua morfologia de origem romana, mas cujos significados mudaram muito ao longo do tempo<sup>21</sup>. Exemplos disso foram dados pelo autor em outros artigos, como nos casos dos termos *vinea* e *textus* que, como demonstrado pelo medievalista foram fortemente associados, respectivamente, à Eucaristia (por meio do sangue de Cristo) e à Vulgata (em especial o Saltério), significados bastante diferentes daqueles indexados pelos dicionários de latim clássico<sup>22</sup>. De fato, "não encontramos o termo *vinea* nem em Blaise nem em Niermeyer; para esses importantes lexicógrafos, 'uma vinha é uma vinha', a chamem assim Cícero, Tito Lívio, Santo Agostinho, São Bernardo um cartulário do século XIII... ou nós atualmente"<sup>23</sup>. Assim, podemos perceber uma diferença fundamental entre a Semântica Histórica e a História dos Conceitos, uma vez que, ao partir dos usos semânticos dos termos, a primeira abole o princípio de que os significados das palavras atravessam o tempo podendo constituir-se em conceitos analíticos independentemente do contexto histórico; em suma, não há um horizonte anistórico no estudo dos usos semânticos das palavras.

A Semântica Histórica propõe, então, que os significados das palavras sejam compreendidos como resultado das relações estabelecidas entre as palavras, uma vez que "não existe significado sem estrutura"<sup>24</sup>. Por isso mesmo, um conjunto de textos que seja central em uma determinada organização social pode atuar na organização de significados amplos empregados em outros conjuntos textuais dessa mesma sociedade. Esse é o caso da Bíblia na Idade Média que, ao se constituir por muito tempo no texto base do processo de alfabetização e de educação em geral, se tornou um referencial vocabular e semântico universal, impactando até mesmo em domínios redacionais distantes como o diplomático<sup>25</sup>. Isso não significa que o historiador da semântica se dedique ao estudo de um objeto imóvel, muito pelo contrário! Entre a sincronia dos usos aqui e agora das palavras e a diacronia cristalizada em compêndios vocabulares que atravessam tempos

<sup>20</sup> Ibid., p. 169, grifo do autor

<sup>21</sup> Ibid., 2001 p. p. 152.

<sup>22</sup> GUERREAU, "Vinea". In: GOULLET, M. et PARISSE, M. (orgs.). *Les historiens et le latin médiéval*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2001, p. 67-73; GUERREAU, A.. "Textus chez les auteurs latins du XII<sup>e</sup> siècle". In: KUCHENBUCH, L. et KLEINE, U. (orgs.). *'Textus' im Mittelalter: Komponenten und Situationen des Wortgebrauchs im schriftsemantischen Feld*. Gotinga: Vandenhoeck & Ruprecht, 2005, p. 149-178.

<sup>23</sup> GUERREAU, A., *L'avenir d'un passe incertain...*, p. 144.

<sup>24</sup> Ibid., p. 149.

<sup>25</sup> Ibid., p. 142





sem perder seu valor de uso, a estrutura social e linguística devem ser compreendidas como um campo em movimento.

Tal movimento se deve ao fato de o estudo semântico se centrar em um campo e não em apenas uma só palavra; campo esse marcado por "oposição, hierarquia, gradação, simetria, equivalência, derivação, assim como pelos parâmetros sociolinguísticos: relevante, pretensioso, comum, vulgar, elogioso, depreciativo etc."<sup>26</sup>. A questão colocada ao estudo dos campos semânticos é, então, a seguinte: como captar os movimentos de tais relações? Uma resposta precisa só é possível por meio da análise de grandes *corpora* textuais. Atualmente, esses estão disponíveis em bases de dados digitais e podem ser consultados usando-se softwares de desempenhos diferentes.

#### 4. ANÁLISE SEMÂNTICA, BASES DE DADOS E HUMANIDADES DIGITAIS: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

Para efeito demonstrativo, apresento aqui o exemplo do vocabulário da *solitudo* na Idade Média<sup>27</sup>. Para tanto pesquisei as ocorrências do termo *solitudo* e de palavras correlatas (o que eu chamarei aqui de “*vocabulário de X*”) em uma das mais amplas bases de dados disponíveis aos medievalistas atualmente e consultável por meio da *Cross Database Searchtool (CDS)* elaborada pela renomada editora *Brepols*<sup>28</sup>. No momento desta pesquisa a CDS operava com importantes coleções de documentos medievais como o *Corpus Christianorum – Continuatio Mediaevalis et Series latina* e os *Monumenta Germaniae Historica*, entre outros, totalizando 114 milhões de palavras latinas cobrindo todo o período medieval<sup>29</sup>.

<sup>26</sup> Ibid., p. 150.

<sup>27</sup> Neste item irei resumir (e apresentar pela primeira vez em língua portuguesa) o que já demonstrei mais longamente em CASTANHO, G. “Dans la solitude des autres : pour une histoire sociale et politique du concept de *solitudo* au Moyen Âge”. In: *Bulletin du Centre d’Études Médiévales d’Auxerre*, 22.2, 2016. Disponível em <http://journals.openedition.org/cem/14514>. Acessado em novembro de 2020.

<sup>28</sup> Mais informações em <https://about.brepolis.net/cross-database-searchtool/>. Acessado em novembro de 2019. Vale destacar que os recortes cronológicos apresentados nas páginas que seguem reproduzem as cronologias estabelecidas pela CDS.

<sup>29</sup> Durante o processo de análise semântica, outras bases forneceram informações importantes para a constituição do vocabulário da solidão: *Patrologia Latina Database* e *Acta Sanctorum Database* (<http://pld.chadwyck.co.uk/> e <http://acta.chadwyck.com/>). O software *Historical Semantics Corpus Management (HSCM/HUDesk)* elaborado pelo *Digital Humanities Project da Universidade Goethe de Frankfurt* também foi de grande auxílio. Agradeço a Tim Geelhaar por ter possibilitado o acesso a esse importante instrumento de trabalho.





Esse imenso corpus documental foi analisado adotando-se a seguinte metodologia<sup>30</sup>. Primeiro compõe-se uma lista de termos normalmente utilizados com X (no caso desse exemplo, X é *solitudo*) em uma mesma e constante unidade linguística (frase, por exemplo); tal lista deve ser organizada em ordem decrescente de ocorrências (Lista 1), de modo a apresentar apenas os substantivos, os adjetivos e os verbos (Ys) associados a X nos *corpora* documental analisado. Em seguida, registre-se o número total de ocorrências para cada uma das palavras (Ys) nas unidades linguísticas dos *corpora* pesquisados e monte-se outra lista com tais informações (Lista 2). Por fim, cruzam-se as quantidades das palavras da lista 1 e 2 visando estabelecer o que eu chamo de “*índice de atração semântica*” de X; trata-se de uma *percentagem que indica a frequência de utilização conjunta dos termos Ys e X* em relação ao total de unidades linguísticas analisadas; dito de outra forma, das N vezes que um termo Y é empregado na totalidade dos *corpora* analisados, Z% ocorre com X. Vejamos rapidamente algumas tendências semânticas gerais reveladas pela análise do termo *solitudo*.

Tabela 1. O vocabulário da *Solitudo* (amostra)

Lema	Frases com <i>solitudo</i> (Lista 1)	Total de frases na CDS (Lista 2)	Percentagem de frases com <i>solitudo</i> em relação ao total de frases na CDS ( <i>índice de atração semântica</i> )
<i>uastus, -a, -um</i>	135	700	19,28
<i>solitarius, -a, -um</i>	70	1 206	5,8
<i>(h)eremus</i>	95	1 651	5,75
<i>desertus, -a, -um</i>	283	5 737	4,93
<i>ecclesia</i>	138	121 500	0,11
<i>pater</i>	132	112 630	0,11
<i>deus</i>	443	386 540	0,11
<i>sacer</i>	30	28 969	0,1
<i>homo</i>	208	191 535	0,1
<i>uerbum</i>	74	69 564	0,1

Tendo em mãos a lista decrescente dos *índices de atração semântica* dos termos associados a X, deve-se centrar atenção no termo estudado em si, analisando seus usos sintáticos.

<sup>30</sup> Essa metodologia é aplicável para os casos em que o pesquisador não dispõe de conhecimentos informáticos e de softwares necessários e para a realização de análises fatoriais.



Tabela 2. Função Sintática de *Solitudo*

	Função Sintática	Palavras entre os anos 736 – 1500	Porcentagem aproximado
<i>solitudine</i> <i>solitudinem</i> <i>solitudinis</i> <i>solitudo</i> <i>solitudines</i> <i>solitudinibus</i> <i>solitudini</i> <i>solitudinum</i>	Ablativo singular	942	33,58%
	Acusativo singular	830	29,59%
	Genitivo singular	431	15,36%
	Nominativo singular	362	12,9%
	Nominativo/Acusativo plural	136	4,84%
	Ablativo/Dativo plural	54	1,92%
	Dativo singular	29	1,03%
	Genitivo plural	21	0,74%
			2805

Por fim, o estudo das diferentes temporalidades de uso dos termos associados a X pode oferecer importantes pistas sobre a dinâmica histórica dos significados atribuídos pelos agentes históricos aos termos estudados.

Tabela 3. Frases com *heremus*, *solitudo*, e *desertus* por período

Vocábulo	Antes do fim do séc. II	Início séc. III até 735	736 a 1500	1501 a 1965
<i>(h)eremus</i>	0	1129	1651	48
<i>solitudo</i>	361	1483	2727	163
<i>desertus</i>	603	3962	5737	983

Antes de apresentarmos algumas reflexões gerais a partir dos dados obtidos, é preciso destacar que o método aqui proposto não apresenta conclusões semânticas fechadas. Ele apresenta pistas a serem exploradas caso a caso por meio do cruzamento de informações quantitativas e relacionais sobre os vocábulos. Tais pistas devem ainda ser objeto de análises qualitativas dos textos mediante leitura integral e detalhada dos documentos.

Passemos então à exposição sumária de alguns polos formadores do campo semântico da *solitudo* na Idade Média latina. O primeiro deles se encontra claramente delineado entorno do termo *uastus*, estando ligado a passagens bíblicas retomadas pelos





autores medievais (Números 14, 3 e Deuteronômio 32, 10). Em seguida, percebemos que (*h*)*eremus* e *desertus* reforçam e qualificam o campo semântico associado à *uastus*: o espaço físico. Tal constatação não é sem importância uma vez que se trata de um campo pouco valorizado pela língua portuguesa que não considera primordialmente a solidão como sendo um lugar. De resto, o forte uso de *solitudo* em sua forma ablativa e sua associação às preposições *in* e *ad*, tornam ainda mais clara a relação profunda da *solitudo* com espaços físicos. Em outro extremo do campo semântico aqui estudado encontramos o termo *solitarius* que, ainda possuindo alto índice de atração semântica, remete ao significado demográfico da *solitudo*. Por fim, o significado associado ao campo espiritual, dogmático e institucional (*deus, pater, ecclesia*) é menos forte do que poderíamos inicialmente imaginar, uma vez que: 1) os documentos pesquisados foram em sua imensa maioria produzidos por religiosos e 2) atualmente associa-se solidão ao domínio da psique e da mente. Se, por um lado, os resultados sumariamente apresentados por meio desse exemplo confirmam que, como já demonstrado por Guerreau nos textos citados acima, a Bíblia figura como o grande arcabouço semântico da Idade Média, por outro, podemos perceber a existência de espaço para a inventividade semântica dos autores medievais, como testemunha o crescimento da importância do ermo na semântica da *solitudo*.

\*\*\*

Começamos nossa reflexão perguntando: Do que é feita a história? Em seguida percebemos que a resposta a essa questão se encontrava na relação de historiadores com sua matéria prima de trabalho, a documentação. Ao ponderarmos sobre as diferentes formas de comunicação assumidas pelos documentos históricos, nos centramos sobre uma em especial: o texto escrito e suas metodologias analíticas. Daí surgiu o interesse do estudo semântico voltado ao passado. Por fim, nessa seara, o método analítico desenvolvido para o estudo do vocabulário da *solitudo* revelou toda a potencialidade da Semântica Histórica ao permitir vislumbrar diferenças-chave entre os usos dos termos em latim medieval e em língua portuguesa contemporânea; diferenças essas que podem até mesmo dificultar sua simples tradução pelo termo “solidão”. Podemos então concluir que o estudo semântico nos permite conhecer melhor os usos históricos da linguagem e, conseqüentemente, entender melhor a própria sociedade que dela se utilizava para se comunicar. Assim, se o texto é a matéria prima do historiador, é das palavras que ele deve se alimentar.

